



019/2018 – Poc/Fdd

Cliente: Círculo Operário Leopoldense - COL

Assunto: Relatório dos Auditores sobre os Exames Realizados nas Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2017.



1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores
Círculo Operário Leopoldense - COL
São Leopoldo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Círculo Operário Leopoldense - COL, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Círculo Operário Leopoldense - COL em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras do Círculo Operário Leopoldense - COL referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2017, foram auditadas por nós auditores independentes, com relatório emitido em 30 de março de 2017, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com

B



as normas internacionais de relatório financeiras (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Porto Alegre, 02 de abril de 2018.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações Levantadas em 31 de dezembro de 2017

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2017



Círculo Operário Leopoldense - COL
CNPJ: 96.740.238/0001-22

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2017

2.1 – Balanço Patrimonial

(VALORES EM REAIS)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	1.294.547,30	1.164.226,11
Disponível	788.298,59	613.716,49
Caixa	856,08	98,61
Bancos Conta Movimento	1.543,68	1.850,49
Títulos de Liquidez Imediata	785.898,83	611.767,39
Adiantamentos Diversos	5.225,87	4.537,82
Adiantamento Vale Refeição	3.870,14	4.537,82
Adiantamento de Salários	1.355,73	0,00
Despesas a Apropriar	9.279,58	12.719,95
Prêmios de Seguros a Apropriar	9.279,58	12.719,95
Créditos Diversos	387.927,64	404.367,13
Créditos Diversos	281.427,12	306.446,22
Convênios a Receber	106.500,52	97.920,91
Inquilinos - Imóveis	103.815,62	128.884,72
Inquilinos - Imóveis	103.815,62	128.884,72
Não Circulante	10.025.765,85	10.230.671,84
Imobilizado	10.025.765,85	10.230.671,84
Prédios	4.548.148,36	4.548.148,36
Terrenos	7.358.936,46	7.358.936,46
Veículos	108.098,78	148.063,28
Móveis e Utensílios	136.802,55	131.966,75
Máquinas e Equipamentos	3.494,00	3.494,00
Computadores e Periféricos	59.589,87	49.938,87
Licenciamento de Uso de Softwares	2.000,00	2.000,00
Depreciação Acumulada	(2.191.304,17)	(2.011.875,88)
Total	11.320.313,15	11.394.897,95



Círculo Operário Leopoldense - COL
CNPJ: 96.740.238/0001-22

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2017

2.1 – Balanço Patrimonial

(VALORES EM REAIS)

PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	821.128,29	785.525,38
Obrigações a Pagar	821.128,29	785.525,38
Fornecedores	11.137,18	16.317,33
Obrigações Previdenciárias e Sociais	20.074,96	20.638,90
Obrigações Tributárias Pessoa Jurídica	3.580,68	4.553,47
Obrigações Tributárias Pessoa Física	223,64	0,00
Outras Contas a Pagar	64.388,06	45.572,27
Adiantamento de Receitas	0,00	10.516,22
Provisões Salariais	112.719,72	85.406,33
Subvencções e Fundos Sociais	609.004,05	602.520,86
Não Circulante	0,00	0,00
Patrimonio Liquido	10.499.184,86	10.609.372,57
Patrimônio Social	110.475,45	220.663,16
Realização Reserva de Reavaliação	0,00	0,00
Ajuste de Reavaliação Patrimonial	10.388.709,41	10.388.709,41
Total	11.320.313,15	11.394.897,95



Círculo Operário Leopoldense - COL
CNPJ: 96.740.238/0001-22

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2017

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

(VALORES EM REAIS)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	2.822.774,37	2.906.793,75
Contribuições Recebidos	0,00	4.315,19
Aluguéis	1.066.451,93	1.004.322,99
Convênio Plano de Saúde	103.317,64	120.275,27
Receita c/Parcerias	57.373,16	49.173,41
Receitas Eventuais	21.209,86	28.374,82
Venda de Bens do Imobilizado	31.000,00	0,00
Aplicações Financeiras	48.577,34	66.458,17
Subvenção Estadual FASE/CASEMI	854.161,01	791.734,82
Subvenção Municipal - SEDES	242.335,80	198.532,80
Subvenção Municipal - SMED	0,00	220.946,16
Doação Recebida da Receita Federal	10,00	7.235,00
Incentivos Fiscais - INSS	398.337,63	415.425,12
Deduções da Receita	(148.919,42)	(148.617,20)
Deduções Manutenção de Aluguéis	(148.919,42)	(148.617,20)
Receita Operacional Líquida	2.673.854,95	2.758.176,55
Despesas Operacionais	(2.784.042,66)	(2.947.492,08)
Despesas c/ Gratuidades Assistenciais	(952.074,41)	(958.255,45)
Despesas c/ Setor Administrativo	(952.074,41)	(958.255,45)
Despesas com Pessoal	(590.892,71)	(589.174,75)
Despesas Administrativas	(90.500,03)	(137.011,13)
Despesas com Manutenção	(31.267,78)	(12.492,84)
Gastos Diretos	(4.915,92)	(4.672,35)
Prestação de Serviços	(16.919,50)	0,00
Depreciação do Patrimônio	(217.578,47)	(214.904,38)
Serviços Grat. Assistência Social	(1.430.145,10)	(1.154.058,56)
Casa da Criança	(473.455,06)	(328.199,65)
Despesas c/ Pessoal	(188.858,50)	(137.808,06)
Despesas c/ Subvenções	(242.335,80)	(142.972,51)
Despesas Administrativas	(16.958,05)	(14.651,17)
Despesas com Manutenção	(3.222,27)	(9.259,71)
Gastos Diretos	(18.004,13)	(21.882,31)
Equipamentos / Mobiliário	0,00	(64,99)
Prestação de Serviços	(4.076,31)	(1.560,90)
FASE-CAS-Sub. Est. Nº 014.021/08	(920.748,02)	(780.356,22)
Despesas c/ Pessoal	(744.589,84)	(629.322,23)
Despesas Administrativas	(95.598,17)	(79.382,07)
Despesas com Manutenção	(21.558,09)	(16.204,55)
Gastos Diretos	(57.054,59)	(52.762,92)
Equipamentos / Mobiliário	(159,33)	(1.014,45)
Prestação de Serviços	(1.788,00)	(1.670,00)
Projetos Eventuais	(35.942,02)	(45.502,69)
Projetos	(35.942,02)	(45.502,69)
Serv. Grat. Assis. Educação	0,00	(419.752,95)
Escola Educ. Inf. Nº. Sª. Medianeira	0,00	(419.752,95)
Despesas com Pessoal	0,00	(182.536,47)
Despesas c/ Subvenções	0,00	(201.763,70)
Despesas Administrativas	0,00	(13.320,25)
Despesas com Manutenção	0,00	(4.025,60)
Gastos Diretos	0,00	(17.336,93)
Equipamentos / Mobiliário	0,00	0,00
Prestação de Serviços	0,00	(770,00)
Incentivos Fiscais	(398.337,63)	(415.425,12)
Isenção da Cota Patronal	(398.337,63)	(415.425,12)
Resultado Não Operacional	(3.485,52)	0,00
Resultado Não Operacional	(3.485,52)	0,00
Superávit / Déficit do Exercício	(110.187,71)	(189.315,53)



Círculo Operário Leopoldense - COL
CNPJ: 96.740.238/0001-22

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2017

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(VALORES EM REAIS)

Mutações do Período	Patrimônio Social	Realização Reserva Reavaliação	Valor Atribuido Adoção inicial	Total
Saldo em 31/12/2015	480.794,27	(1.779.895,89)	12.168.605,30	10.869.503,68
Déficit do Exercício 2016	(189.315,53)	0,00	0,00	(189.315,53)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(70.815,58)	0,00	0,00	(70.815,58)
Transferência de saldo Ajuste de Reavaliação Patrimonial	0,00	1.779.895,89	(1.779.895,89)	0,00
Saldo em 31/12/2016	220.663,16	0,00	10.388.709,41	10.609.372,57
Déficit do Exercício 2017	(110.187,71)	0,00	0,00	(110.187,71)
Saldo em 31/12/2017	110.475,45	0,00	10.388.709,41	10.499.184,86



Círculo Operário Leopoldense - COL
CNPJ: 96.740.238/0001-22

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2017

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

(VALORES EM REAIS)

	31/12/2017	31/12/2016
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	187.254,58	62.312,74
Resultado do exercício/período	(110.187,71)	(189.315,53)
Depreciações	217.578,47	214.904,38
Resultado do exercício ajustado	107.390,76	25.588,85
Varição de Adiantamentos Diversos	(688,05)	(526,05)
Varição de Despesas a Apropriar	3.440,37	4.712,33
Varição de Créditos Diversos	16.439,49	16.355,85
Varição de Inquilinos - Imóveis	25.069,10	(18.510,14)
Varição de Fornecedores	(5.180,15)	(1.890,26)
Varição de Ordenados a Pagar e Provisões	27.313,39	7.489,66
Varição de Obrigações Previdenciárias e Sociais	(563,94)	(2.652,87)
Varição de Obrigações Tributárias Pessoa Jurídica	(972,79)	501,51
Varição de Obrigações Tributárias Pessoa Física	223,64	(412,60)
Varição de Outras Contas a Pagar	18.815,79	34.978,34
Varição de Adiantamento de Receitas	(10.516,22)	10.196,22
Varição de Subvenções e Fundos Sociais	6.483,19	57.297,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(70.815,58)
2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(12.672,48)	(9.212,10)
Varição Imobilizado	(12.672,48)	(9.212,10)
3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	-	-
4 - Aumento / Redução nas Disponibilidades	174.582,10	53.100,64
Disponibilidade no Início do Período	613.716,49	560.615,85
Disponibilidade no Final do Período	788.298,59	613.716,49



Círculo Operário Leopoldense - COL
CNPJ: 96.740.238/0001-22

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2017

2.5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2017

(VALORES EM REAIS)

NOTA 01 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

O Círculo Operário Leopoldense - COL, situado à Rua Primeiro de Março nº 777, centro, São Leopoldo/RS, inscrito no CNPJ sob nº 96.740.238/0001-22, fundada em 29 de julho de 1935, é uma Associação do 3º Setor Filantrópica, de assistência social e de educação, sem fins econômicos. Com estatuto alterado e consolidado devidamente averbado no Ofício de Registros das Pessoas Jurídicas de São Leopoldo/RS, registro nº 78, Livro A-31, fl.260, em 19 de agosto de 2015. A entidade nos termos estabelecidos no Artº150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal de 1988 e, em atendimento ao disposto nos Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional, Lei nº5172/66 e suas alterações, é imune de tributação sobre seu Patrimônio, renda e serviços, estando em dia com as exigências estabelecidas em lei para a manutenção desse benefício conforme consta em seus estatutos. O Círculo Operário Leopoldense - COL é uma associação sem fins econômicos, obrigando-se a aplicar anualmente todas as suas rendas e recursos financeiros em seus objetivos estatutários.

A sua Missão: "Promover a garantia e defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e suas famílias, mediante processos democráticos e participativos, atuando na política pública e controle social, no âmbito estadual"

A sua Visão: "Ser referência na formação, mobilização, assessoria, visando a construção de políticas públicas, na valorização da diversidade e da autonomia do sujeito, através da gestão democrática".

Seus Valores: "Atuar com ética através da justiça social, transparência, autonomia, profissionalismo, educação democrática, comprometimento, solidariedade, respeito, diversidade e interdependência no cumprimento da Missão Institucional".

O Círculo Operário Leopoldense/COL atua desde 1935, suas atividades sempre esteve voltada a população em situação de vulnerabilidade. No início de suas atividades atuando em prol da defesa do trabalhador. Hoje se encontra organizado conforme a Política Nacional de Assistência Social.

Atuamos em duas frentes de proteção Básica e Especial, na primeira atuando em duas comunidades da cidade de São Leopoldo, executando o Serviço de Convivência e



Fortalecimento de Vínculo, voltada para crianças e adolescentes. E na outra atua com a medida Socioeducativo – FASE, com estreita interface com o sistema de garantia de direitos, conforme descrito na Política Nacional de Assistência Social/PNAS E ECA/2004. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade se encontram as referências.

Baseado na LOAS, na PNAS e SUAS na qual define os destinatários que necessitam ser afastados de seu núcleo familiar e comunitário. Bem como as modalidades.

E em 24/11/2017 implantou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH em parceria com o PROAME – CEDECA, tendo por objetivo promover a garantia e defesa dos direitos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os Princípios Contábeis adotadas no Brasil atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº1.152/2009 que aprovou a NBCT 19.18 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº449/2008 que alterou artigos da Lei nº6.404/76 e especialmente a Resolução 877/2000 que aprovou a NBCT 10.19, alterada pelas Resoluções 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros. Esta interpretação técnica consolidada foi revogada pela ITG 2002.

NOTA 03 - NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

Por determinação da Resolução do CFC 1.152/09, a Entidade adotou as Novas Práticas Contábeis que abrange a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam a NBCT 1 - Estrutura Conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras emitidas por este CFC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

NOTA 04 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

- a) Apuração do Resultado é apurada pelo regime de competência;
- b) O Ativo Circulante Disponível é apresentado pelo saldo do Caixa; Bancos e Aplicações Financeiras acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data de encerramento do balanço;
- c) Os bens do Ativo Imobilizado estavam demonstrados pelo valor original. As depreciações foram calculadas pelo método linear baseado nas taxas fixadas pela IN SRF



n°162/98 que levam em conta a vida útil dos bens tendo como contrapartida diretamente o Patrimônio Social da Entidade.

d) O Passivo Circulante está demonstrado pelo valor original a ser recolhido no próximo exercício;

e) Por se tratar de uma Associação sem fins econômicos enquadra-se como imune para fins de Imposto de Renda.

f) Despesas e Receitas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência;

NOTA 05 – TÍTULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

Referem-se a valores aplicados em instituições financeiras, estando assim composto:

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Bancos Conta Aplicações Financeiras	233.095,72	223.114,96
Transitório - Fundo Patrimonial	552.803,11	388.652,43
Total	785.898,83	611.767,39

NOTA 06 – CRÉDITOS DIVERSOS

Referem-se aos seguintes valores a receber no encerramento do balanço:

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Aluguéis - Cobrança Judicial	153.240,66	142.460,50
Subvenção a Receber - Municipal	106.500,52	97.920,91
Processo n° 10900003092 Glauber	44.793,16	44.793,16
Aluguéis a receber - 2014/2015	48.922,61	25.198,68
(-) Provisão p/perdas de aluguéis	(42.023,42)	(42.023,42)
Créditos a receber - FASE-CAS	11.244,30	11.334,52
Associação Meninos/as Progresso	0,00	80.000,00
Confederação B. T. Circulista	43.941,24	42.923,45
Miguel Com. de Confecções Ltda	18.665,02	0,00
Instituto de Assistência a Saúde - IAS	2.643,55	0,00
Ana Célia O. da Silva	0,00	1.759,33
Total	387.927,64	404.367,13

No encerramento do balanço a entidade tem créditos de aluguéis a receber de 13 inquilinos, referente a processos de cobrança judicial no valor de R\$ 153.240,66.

NOTA 07 - ATIVO IMOBILIZADO

Composição do Ativo Imobilizado em R\$:



Imobilizações	Valor Corrigido	Depreciação	Valor Residual
Terrenos	7.358.936,46	-	7.358.936,46
Imóveis	4.548.148,36	(1.956.816,27)	2.591.332,09
Veículos	108.098,78	(101.665,18)	6.433,60
Máquinas e Equipamentos	3.494,00	(3.244,67)	249,33
Equip. de Informática e Periféricos	59.589,87	(46.742,17)	12.847,70
Móveis e Utensílios	136.802,55	(80.835,88)	55.966,67
Intangível	2.000,00	(2.000,00)	-
Total do Ativo Imobilizado	12.217.070,02	(2.191.304,17)	10.025.765,85

NOTA 08 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais foram cumpridas nas datas aprazadas.

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

A entidade na data do encerramento do balanço não estava com dívidas, sendo que apenas as Obrigações Sociais e outras contas a vencer no próximo exercício, referente à competência de 12/2017, estão demonstradas para serem recolhidas.

NOTA 10 – SUBVENÇÕES E FUNDOS SOCIAIS

Referem-se aos seguintes valores no encerramento do balanço:

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Provisão Rescisões Trabalhistas	103.035,98	96.552,79
Fundo Reserva Patrimonial	505.968,07	505.968,07
Total	609.004,05	602.520,86

NOTA 11 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos resultados dos exercícios (superávit ou déficit) ocorridos e outras incidências conforme sua demonstração.

NOTA 12 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Déficit do exercício de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social de conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 877/2000 que aprovou a NBCT 10.19 em especial no item 10.19.2.7 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do exercício enquanto não aprovado pela Assembleia dos associados e após sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.



NOTA 13 – SUBVENÇÕES

Para a manutenção dos Programas Sociais desenvolvidos junto às crianças e adolescentes na Casa da Criança (140); Fase - CAS (20) e outras ações com famílias; mulheres e comunidade em situação de vulnerabilidade e risco social, o COL mantém convênios com Organizações Governamentais e Não-Governamentais, mas a sua principal fonte provém das receitas de locações de imóveis. Sendo que o valor lançado nas Receitas é o valor bruto dos aluguéis, enquanto as despesas referentes aos imóveis alugados aparecem nos itens “Despesas c/condomínios, impostos e taxas, manutenção e prestação de serviços”.

A entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução nº1.143/2008 do CFC que aprovou a NBCT 19.4 - Subvenções e Assistência Governamentais.

A Entidade recebeu subvenções do Poder Público de São Leopoldo/RS em 2017 no valor de R\$ 242.335,80, tendo a receber o valor de R\$ 106.500,52, do Governo Estadual o valor de R\$ 854.161,01. Sendo que os valores foram aplicados exclusivamente no custeio das atividades fins a que se destinam e em consonância com os objetivos estatutários da entidade.

NOTA 14 - RECEITAS RECEBIDAS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

A Entidade em 2017 recebeu doações de Pessoas Jurídica no valor de R\$ 35.383,16.

NOTA 15 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. A Entidade não remunera os membros da Diretoria e também não distribui qualquer parcela de seu resultado e renda a qualquer título ou pretexto.

NOTA 16 – DA BENEFICIÊNCIA NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade para o exercício de 2017 se adequou e atendeu as exigências estabelecidas na legislação vigente para pleitear a renovação de sua certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social.

NOTA 17 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – INSS

A Entidade usufruiu os seguintes valores de isenção das Contribuições:

- Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros = R\$ 398.337,63
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) = R\$ 0,00.
- Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) = R\$ 0,00.



NOTA 18 - DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA CERTIFICAÇÃO CONFORME OS PRECEITOS DA LEI 12.101/2009

A aplicação dos recursos em Gratuidade através dos Atendimentos em Assistência Social atendeu o que preceitua a Constituição Federal em seu Artº195, III, Par.7º, que concede isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social e que atendam as exigências da Lei nº12.101/2009, Decreto nº7.237/10 e Portaria nº353/11 e os valores das isenções usufruídas estão demonstradas na Nota 17.

A instituição atendendo aos seus objetivos, aplicou todos seus recursos em atendimentos gratuitos na Área da Assistência Social nada sendo cobrado do usuário, tendo no ano de 2017 realizado despesas com atendimento direto no valor de R\$ 1.430.145,10 e indiretas no valor de R\$ 700.753,22.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2017, a entidade não tem conhecimento de possíveis eventos que poderão ocorrer e influenciar o balanço da instituição.